

CEEE em pauta



UNIÃO GAÚCHA EM DEFESA DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL E PÚBLICA

Sumário

| | |
|--|----|
| Editorial | 3 |
| Sem debate e sob críticas, governo encaminha privatização da CEEE | 5 |
| Dívidas podem ficar com o Estado | 9 |
| O exemplo de Goiás: apagões que se multiplicam..... | 13 |
| Processos de contas de gestão da CEEE são avaliadas pelo TCE-RS..... | 16 |
| O silêncio do governo e da ANEEL | 18 |
| Situação das execuções fiscais na 14ª Vara da Fazenda Pública contra a CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica | 19 |
| Privatizar a CEEE é retroceder mais de 60 anos, diz Vieira da Cunha | 20 |
| O que o apagão no Amapá alerta sobre a privatização da CEEE? | 22 |
| Liminar suspende a Assembleia de Acionista da CEEE-D ... | 27 |

Editorial

Um pouco mais de luz na CEEE

Preocupada com a iminência da privatização da CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica e com ausência de debates junto à população, a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública buscou ir a fundo na questão para trazer luz no que estaria escondido por detrás da privatização. Para isso, a União Gaúcha criou um grupo de estudos e realizou uma série de entrevistas com personalidades importantes na história da Companhia. Também foram entrevistadas pessoas de fora do RS para contextualizar a privatização e a regulação do setor no Brasil.

Foram ao todo oito entrevistas, que podem ser acessadas no site da União Gaúcha (<https://uniaogaucha.org.br/category/especial/>), as quais deram origem a essa revista. Os leitores irão encontrar nas páginas a seguir, além do resumo dessas entrevistas, uma matéria sobre o blecaute ocorrido no Amapá que reforça o alerta sobre os problemas na privatização como o excesso de terceirizações, associada a uma regulação e fiscalização deficiente. Além disso, foi abordado o caso da ENEL Distribuição Goiás (antiga CELG-D), cujo processo de privatização realizado no ano de 2016 traz similaridades com o atual processo da CEEE-D e que não atendeu a expectativa de melhoria na qualidade dos serviços, pelo contrário.

Para se ter ideia, enquanto a CEEE-D ocupa atualmente a 6º posição no índice de satisfação do consumidor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (IASC), a concessionária de Goiás está na 26º posição entre as 31 da categoria e já se discute sua reestatização. A revista mostra o histórico da CEEE, a origem dos problemas financeiros no processo que privatizou dois terços da companhia em 1997 e deixou 88% do passivo para a estatal, os problemas de gestão, o acúmulo das dívidas como a do ICMS, que chegou a R\$ 3,4 bilhões em junho de 2020, sendo quase 40% encargos pelo inadimplemento (sem que houvesse apontamentos pelos órgãos de controle), os riscos para o Estado, como o monopólio privado estrangeiro num setor estratégico para o desenvol-



**UNIÃO GAÚCHA EM DEFESA DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL E PÚBLICA**

EXPEDIENTE:

Coordenação Executiva:

Cláudio Martinewski
AJURIS
Presidente

Juliana Coelho Lavigne
ADPERGS
Vice-Presidente

Filipe Leiria | CEAPE/TCE
Secretário-Geral

Eduardo Leal
ASEGERGS
Diretor-Financeiro

Colaboradores do Grupo de Trabalho sobre a CEEE

Celso Malhani | Sindifisco/RS
Ives Lucas | Afafe
Danilo Luiz Chiaradia Krause |
Sintergs
Marcelo Mello | Afisvec

Reportagens:

Carla Dutra | Fernanda da Costa

Edição e Revisão:

Gilvânia Banker
Assessora de Comunicação
da UG
GE7 Produtora Cultural
& Comunicação Ltda.

Diagramação e projeto gráfico:
Gilberto Rama | Exclamação

vimento econômico e social do RS, bem como, os caminhos viáveis para a manutenção da estatal que foram desconsiderados.

Chama atenção o silêncio e negativa em responder as questões da União Gaúcha pelo governo e pela ANEEL. São pelo menos R\$ 8 bilhões em disputa judicial contra a União e a ANEEL. A chamada CRC 2 foi ajuizada em janeiro de 2015 na Justiça Federal em Brasília e possui jurisprudência favorável, fato ignorado durante a audiência pública virtual sobre o processo de Desestatização da CEEE-D, realizada em 16/11/2020, nas apresentações do Secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do RS, do presidente da CEEE-D, do chefe do Departamento de Estruturação de Empresas e Desinvestimento do BNDES e do consultor do Banco Plural, líder do consórcio Minuano Energia, consultoria contratada para realizar a avaliação da empresa.

A União Gaúcha busca contribuir com o debate qualificado acerca das questões de interesse público no Rio Grande do Sul. Desejamos que a CEEE siga pública, gerando emprego e renda no Brasil, diminuindo o risco para a cadeia produtiva nacional associada ao setor. Entretanto, se o caminho for a privatização, que se faça de forma clara, devendo ser considerado na modelagem do negócio o ganho potencial da ação bilionária referente ao CRC-2. Que sejam minimizados os passivos que restarão ao Estado, sem abrir mão de mais de R\$ 2,7 bilhões de receita de ICMS, como pretende o governo, ainda mais, enquanto o demonstrativo da projeção atuarial do regime próprio de previdência dos servidores do RS, anexo à LDO 2020, apresenta um déficit financeiro de mais de R\$ 11 Bilhões. Enfim, que as melhores alternativas sejam para beneficiar a população e o Estado.



Eduardo D'Avila Leal

Diretor Financeiro da
União Gaúcha e
vice-presidente
da ASEGERGS



Sem debate e sob críticas, governo encaminha privatização da CEEE

Com inúmeras entidades contrárias e sem debate suficiente junto à população, o Estado caminha a passos largos rumo à privatização da CEEE. Em maio de 2019, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou em segundo turno a retirada da necessidade de plebiscito para a venda da companhia e de outras duas estatais, a Sulgás e a Companhia Riograndense de Mineração (CRM). De lá para cá, a despeito das críticas, o governo se aproximou ainda

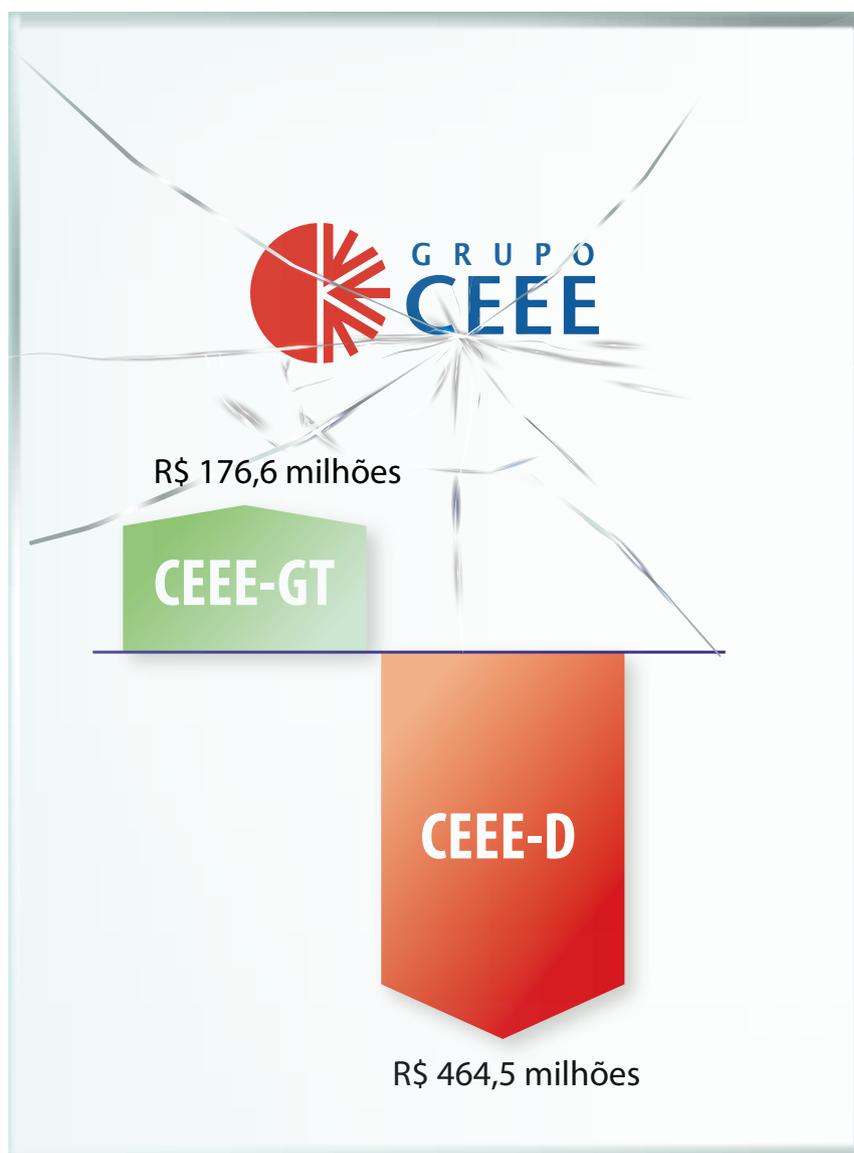
mais da possibilidade de venda da companhia de energia elétrica. A privatização, que já estava no foco do governo José Ivo Sartori (MDB), é parte da plataforma de Eduardo Leite (PSDB). Inicialmente previsto para 2020, a estimativa é realizar o leilão em janeiro de 2021, com lançamento do edital de licitação em dezembro deste ano.

Em setembro, o governo abriu o processo de *data room*, a partir do qual investidores interessados podem acessar

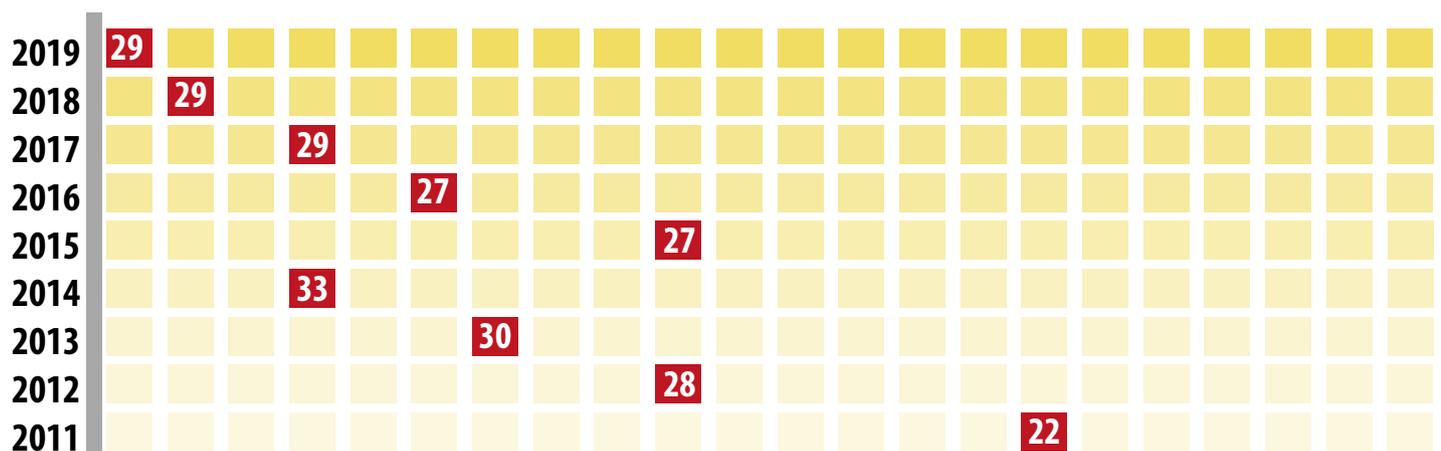
dados completos do ativo. Procurado, o secretário estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos Júnior, não concedeu entrevista à reportagem da União Gaúcha. Em reportagem do jornal Valor Econômico, publicada em setembro, ele afirmou que o governo trabalha para privatizar não apenas a distribuição mas, também, os braços de geração e transmissão da CEEE, a fatia lucrativa da empresa, o que estaria previsto para maio de 2021.

A CEEE foi dividida em 2006: a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE-GT) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). A primeira é responsável pela operação de usinas e subestações e por linhas de alta tensão de energia. A segunda leva a eletricidade ao consumidor. Enquanto a CEEE-GT é lucrativa (no primeiro semestre deste ano teve lucro líquido de R\$ 176,6 milhões), a CEEE-D é deficitária, com prejuízo de R\$ 464,5 milhões no primeiro semestre.

Fontes da área, ouvidas pela União Gaúcha durante cerca de dois meses, apontam falta de investimento e sucateamento proposital da estatal com o intuito de justificar a venda. Indicam, ainda, a possibilidade de as dívidas da empresa se man-



POSIÇÃO DA CEEE NO RANKING DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO DA ANEEL*



*Fonte: ANEEL. Quantidade de unidades consumidoras maior que 400.000

terem com o Estado mesmo após a privatização. Ou seja, o bônus ficaria com a iniciativa privada e o ônus, com os contribuintes.

Para a população, o risco é de aumento de tarifa e precarização do serviço, a exemplo do que já aconteceu em outros estados que tiveram suas estatais de energia elétrica privatizadas. Para os especialistas ouvidos pela UG, falta esforço por parte do governo para buscar recursos que a CEEE tem a receber: ao menos R\$ 12 bilhões, valor suficiente para quitar suas dívidas. Na avaliação das fontes, tanto o governo de Eduardo Leite quanto o de José Ivo Sartori sempre trabalharam em sentido contrário, deixando de lado qualquer possibilidade de sanar os débitos da empresa. Reduziram investimentos, gerando queda na qualidade nos serviços.

Segundo o Ranking da Continuidade do Serviço 2019,

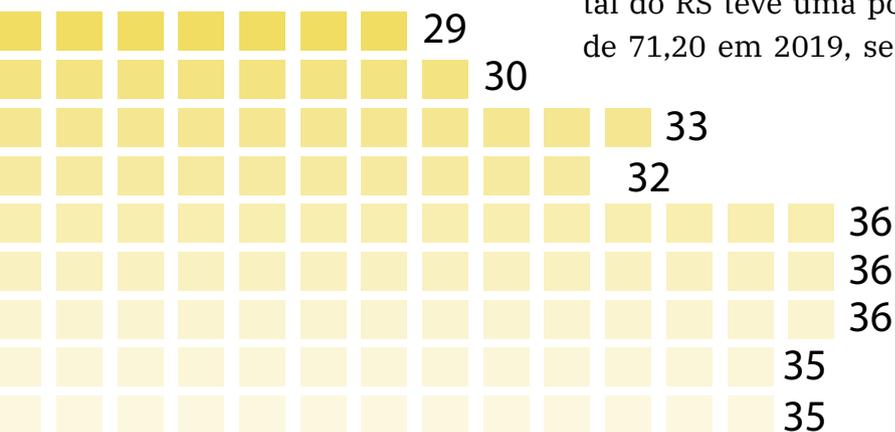
o mais recente divulgado pela ANEEL, a CEEE-D é a pior entre as 29 distribuidoras de energia elétrica com mais de 400 mil unidades consumidoras analisadas. A RGE, empresa privada que atende dois terços do Rio Grande do Sul, aparece em 24º lugar. O ranking compara o desempenho de uma distribuidora em relação às demais empresas do país. O indicador avalia o nível da continuidade da distribuidora (valores apurados de duração e frequência de interrupções) em relação aos limites estabelecidos para a sua área de concessão (determinados pelas resoluções autorizativas da ANEEL). Em compensação, a CEEE-D continua sendo bem avaliada pelos gaúchos, também segundo informações da agência reguladora. No Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC), a estatal do RS teve uma pontuação de 71,20 em 2019, sendo a 6ª



colocada na sua categoria, em ranking com 31 empresas avaliadas. Para compor o índice, são avaliados junto aos consumidores a qualidade dos serviços, o valor, a confiança e a fidelidade.

Risco de perda de concessão

O cálculo do Indicador de Desempenho Global (DGC), conhecido como o Ranking da Continuidade, consiste na média aritmética simples entre os desempenhos relativos anuais dos indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Sem atingir as metas regulatórias, a companhia corre o risco de perder sua concessão. A privatização é apontada pelo governo como forma de evitar a cassação, já que a transferência de controle acionário pode impedi-la.





Ana Maria Spadari - Presidente do SENERGISUL

“A equipe do governo Leite vem intensificando, publicamente, nas suas manifestações na mídia falada e escrita do Estado e do país, o risco de a CEEE-D perder a concessão. Primeiro, surpreende e causa perplexidade, as autoridades governamentais que fazem parte da Governança Superior das Empresas Públicas do Grupo CEEE, ao afirmarem e reafirmarem, publicamente, que a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, a nossa CEEE-D, está quebrada e com sérios riscos de perder a concessão, pois estão, na verdade, sendo réus confessos de estarem praticando atos não recomendáveis de governan-

ça, com fortes sinais de gestão temerária, perante os acionistas, os consumidores, os órgãos de controle social e fiscalizadores, ou seja, a sociedade civil gaúcha em toda a sua amplitude”, comenta o ex-presidente da Companhia, Gerson Carrion, assessor técnico da Frente Parlamentar pela Preservação da Soberania Energética Nacional (2018 a 2022).

Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul (SENERGISUL), Ana Maria Spadari avalia que o risco de perda de concessão é real, “desde que o governo queira”. “É real porque o governo está trabalhando para isso. Quando tu não atinge as

metas, quando tu sucateias a empresa, quando deixa de pagar as contas, no caso o ICMS, quando tu levas a empresa ao nível que ela chegou, tu estás trabalhando para isso acontecer. Eu diria que é uma forma de terrorismo”, afirma.

Com quase 80 anos, a CEEE leva energia elétrica a mais de 1,7 milhão de clientes. Questionado, via assessoria de imprensa, sobre por que o negócio não é sustentável para o Estado mas será para a iniciativa privada, o presidente da companhia, Marco Soligo, não respondeu à reportagem da União Gaúcha. Também não respondeu a outras sete questões enviadas pela UG.

DÍVIDAS podem ficar com o Estado



Enquanto o governo não deixa claro com quem ficarão as dívidas da CEEE no caso de privatização, especialistas afirmam que há grandes possibilidades de que elas não sejam repassadas à iniciativa privada. Foi o que aconteceu, por exemplo, na privatização da Celg-D, em Goiás. E é o que tende a se repetir no Rio Grande do Sul, apontam as fontes ouvidas pela União Gaúcha. Hoje, a CEEE acumula patrimônio líquido negativo de quase R\$ 5 bilhões e deve mais de R\$ 3 bilhões apenas em ICMS (valor inscrito em dívida ativa quando a reportagem conversou com o subsecretário da Receita

Estadual, Ricardo Neves Pereira, em setembro). Do total, R\$ 220 milhões estão em fase administrativa e R\$ 2,9 milhões, em fase judicial, fazendo da

empresa a maior devedora do Estado. “Em primeiríssimo lugar, temos que exigir dos órgãos de controle social como TCE, TCU, MPCE, MPE, MPF e



Ricardo Neves Pereira - Subsecretário da Receita Estadual do RS

CGU, uma urgente e profunda auditoria especial nos órgãos de Governança Superior das Empresas Públicas CEEE-D e CEEE-GT, do Grupo CEEE, auditando as decisões e deliberações da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no período de 2015 a 2020, que aprovaram a apropriação indébita e sonegação do ICMS, por tão longo período chegando ao expressivo montante superior a R\$ 3 bilhões de dívida acumulada por inadimplemento e retenção dos repasses do ICMS ao Tesouro do Estado”, afirma o ex-presidente da companhia Gerson Carrion.

Ele aponta três soluções para o fortalecimento da CEEE-D e CEEE-GT: a primeira, o desinvestimento, total ou parcial, de participações acionárias da CEEE-GT em empreendimentos com a iniciativa privada e pública, as SPes – Sociedades de Propósitos Específicos (15). Segundo ele, o valuation conservador, em 2014, desses empreendimentos, resultou no valor equivalente em cerca de R\$ 1,2 bilhão. Outra solução, na avaliação dele, é a Ação Judicial CRC 2, ajuizada em 2015, ao final da sua gestão. Ainda em tramitação, o valor estimado e atualizado da ação (que conta com jurisprudência) gira em torno de R\$ 10 bilhões. “A nossa convicção de êxito nessa

ação judicial é pelo fato relevante de termos vencido uma ação contra a União de mesmo objeto, interpelada por mim em 1993, na condição de diretor financeiro da CEEE e, que durou aproximadamente 20 anos, formando uma robusta jurisprudência, de valor já recebido no ano de 2012 de aproximadamente R\$ 4 bilhões”, comenta o ex-presidente da companhia.

Perguntando via assessoria de imprensa se a CEEE está fazendo algum tipo de esforço para buscar o valor em disputa judicial, o que poderia ser feito por meio de um acordo com a União, por exemplo, o presidente da companhia não respondeu. Também não informou se, em caso de vitória após a concretização da venda da estatal, esse recurso ficará para o Estado ou com a vencedora da licitação. Por meio da assessoria, afirmou que a

empresa não iria se manifestar. A orientação foi para que a UG procurasse a Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, que também não respondeu a nenhum dos questionamentos encaminhados por e-mail.

O processo de número 0002230-10.2015.4.01.3400 tramita no TRF-1, em Brasília, e foi remetido à sentença em maio de 2019. Mas, ao invés de ser sentenciado, em outubro do mesmo ano foi determinada a sua digitalização completa, para que passe a tramitar de modo digital. Em 18 de dezembro, após a digitalização, as partes foram intimadas a manifestarem ciência sobre os documentos digitalizados e, em 24 de janeiro deste ano, a CEEE impugnou partes do processo digitalizado, alegando que alguns documentos não foram digitalizados e outros estão ilegíveis.



Gerson Carrion - Ex-presidente do Grupo CEEE

A terceira solução apontada por Carrion seria o Projeto de Lei nº 308/2015, de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), que tramita na Câmara dos Deputados com parecer favorável na Comissão de Mérito da CME – Comissão de Minas e Energia. O PL é chamado de CRC 3, pois também envolve a questão da CRC no ano de 1993. Na época, foi feito um grande encontro de contas no setor elétrico nacional entre as concessionárias e a União, sendo que o governo federal decidiu por Medida Provisória aplicar o redutor de 25% de Imposto de Renda nos créditos das concessionárias. “Mostramos que a medida era inconstitucional na ocasião. Neste contexto, o projeto de lei nº 308/2015 visa recuperar parcialmente o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias prejudicadas com a aplicação do redutor de Imposto de Renda de forma injusta e não isonômica. Tal injustiça penalizou a CEEE na década de 1990. Esse PL, se aprovado, equivale ao montante expressivo de R\$ 4 bilhões, resolvendo a situação financeira do Grupo CEEE, bem como proporcionando a recuperação da sua capacidade de investimentos na planta elétrica”, acrescenta ele.

Diretor financeiro do Sindicato dos Engenheiros do Rio

Grande do Sul (SENGE-RS), Luiz Alberto Schreiner também cita a busca de créditos junto à União como uma alternativa à privatização. “O que falta, em nosso entendimento, é uma ação coordenada do governo estadual com a bancada federal gaúcha, visando a aprovação do projeto na Câmara Federal, e posterior negociação com o governo federal, para viabilização de um acordo que permita a capitalização da CEEE em um montante estimado em R\$ 4 bilhões, o equacionamento das suas dívidas e a retomada do seu papel fun-



Luiz Alberto Schreiner - diretor financeiro do SENGE-RS

damental de indutora do crescimento socioeconômico que sempre desempenhou, e que será fundamental na retomada econômica e na geração de empregos no cenário pós-pandemia”, comenta, também apontando a ação em Brasília como forma de reequilibrar as finanças da CEEE: “Destacamos um crédito legítimo de

R\$ 10 bilhões, judicializado em 2015 contra a União pela companhia, oriundos da Conta de Resultados a Compensar – CRC, referentes à exclusão dos custos da folha de pagamento dos funcionários ex-autárquicos da extinta Comissão Estadual de Energia Elétrica, que posteriormente deu origem à CEEE. Também são créditos vitalícios devidos à CEEE pela União, que podem ser utilizados na expansão da planta elétrica do Estado ou serem dados em garantia para tomada de empréstimos junto a organismos internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento), como foi feito recentemente”, explica o diretor financeiro do Senge-RS.

O Sindicato, explica ele, é contrário à privatização de setores estratégicos da infraestrutura brasileira: “Porque eles representam a espinha dorsal, capaz de sustentar as demais atividades essenciais, capazes de suportar o desenvolvimento econômico-social, tecnológico e, fundamentalmente, a soberania nacional do país como nação independente”, pondera. Na avaliação de Schreiner, a primeira consequência da privatização será formação de um monopólio privado de distribuição

de energia elétrica no Estado, com aumento de tarifas, precarização dos serviços, decorrente da falta de concorrência, e desmonte de toda uma cadeia produtiva de alta tecnologia, desenvolvida ao longo de décadas e envolvendo várias áreas de conhecimento. Tudo isso, frisa, em favor da importação de produtos manufaturados de alto valor agregado em prejuízo da indústria local.

Para o SENGE, há uma ação orquestrada de modo a agravar a crise enfrentada pela CEEE e, dessa forma, justificar sua venda. “Tudo indica que sim, pois existem, ao nosso ver, vários caminhos viáveis e muito mais vantajosos para o Estado e para o povo gaúcho, do que a insolvência da principal estatal de setor energético do Estado, que desempregará de imediato milhares de trabalhadores diretos e indiretos, ligados à cadeia produtiva do setor elétrico gaúcho”, completa.

Também contrário à privatização é o Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul (SENERGISUL), presidido por Ana Maria Spadari. Ela argumenta que energia elétrica é um bem essencial, ao qual todos têm o direito, independentemente de poder aquisitivo. “Isso só é possível se o Estado estiver presente. São investimentos altíssimos para se construir, por exemplo, uma empresa como a CEEE, que é do povo

gaúcho, tem mais de 70 anos, e atendeu as necessidades de toda a sociedade, inclusive alavancando o desenvolvimento do Estado. Hoje, que ela está consolidada, onde não se fazem mais necessários grandes investimentos, vem a iniciativa privada e adquire esse bem por um preço insignificante”, questiona. Para ela, não faz sentido dizer que a CEEE não é viável enquanto empresas da iniciativa privada são. “Se qualquer outra distribuidora se mantém, como a CEEE, não, se ela vende o mesmo produto, com o mesmo valor? Como justifica isso? Duas empresas fornecem o mesmo produto, como uma se sustenta e dá lucro, um lucro fantástico, e como outra não se sustenta e apresenta déficit? Só tem uma explicação: gestão, é questão de gerenciamento”. Na avaliação da presidente do SENERGISUL, o que falta para a CEEE, já há mais de um governo, é uma gestão séria, competente e comprometida com a empresa.

Presidente da Afisvec, Marcelo Ramos de Mello pondera sobre os riscos da privatização: “O que pode acontecer privatizando, é o Estado ficar sem receita nenhuma e ficar apenas com o ônus, e aí piora mais ain-

da. Essa é a tendência, porque quem comprar não vai querer assumir ônus. Compradores querem o negócio limpo. Se for assim, vai ser ruim, pois não vai resolver o problema e o Estado vai perder receita. Claro, o lado bom é que o Estado vai começar a receber o ICMS que não está recebendo hoje. Agora, o que será feito com todos esses funcionários, com toda a dívida trabalhista, com as ações judiciais? O Estado vai ter que segurar isso. Em princípio, o Estado pretende vender as duas (geradora e distribuidora), mas seria pior ainda se vendesse apenas a que dá lucro (CEEE-GT). Na hora que se tem que solucionar um problema, essas ideias aparecem, mas esperamos que não aconteça”



Marcelo Ramos de Mello - Presidente da AFISVEC

O exemplo de Goiás: apagões que se multiplicam

Imagem: G1 Goiás

Privatizada em 2017, a estatal de distribuição de energia Celg-D passou às mãos da italiana Enel e, desde então, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (STIUEG), João Maria de Oliveira, registrou piora dos serviços, apagões frequentes e reajuste de 30,6% das tarifas. Um serviço que ele mesmo admite que já era ruim, ficou ainda pior. A história contada por Oliveira lembra, em muito, o que apontam entidades do Rio Grande do Sul em relação à CEEE: sucateamento, falta de investimentos e dívidas.

Por lá, a Celg-D teve 95% de suas ações vendidas para a Enel por R\$ 2,187 bilhões. As dívidas, um total de R\$ 1,9 bilhão segundo dados do sindicato, ficaram com o Estado. Por

meio da assessoria de imprensa da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, a reportagem da União Gaúcha perguntou se a pasta acompanha a privatização realizada em Goiás e questionou sobre como o governo pretende evitar que os mesmos problemas se repitam no RS, mas não obteve resposta. Em Goiás, a vencedora da licitação foi a única a apresentar proposta. Após a privatização, falta de manutenção preventiva, apagões constantes, prejuízos ao agronegócio e fila para se conseguir uma ligação de energia elétrica estão entre os problemas pós-privatização. Sem uma cláusula de estabilidade no contrato de venda, mais de 1,2 mil profissionais foram demitidos. “A privatização foi planejada. Houve, nos

sucessivos governos, vários ataques à estrutura da empresa estatal, como o sucateamento proposital, a falta dos devidos investimentos, a falta de realização de concursos públicos em favor da contratação da força de trabalho terceirizada. Caiu sobremaneira a qualidade dos serviços, dada a alta rotatividade desse pessoal, e a empresa acabou por cair em desgraça. A qualidade dos serviços foi ficando muito baixa. Foi uma estratégia, um sucateamento proposital, como forma de levar a opinião pública a defender a privatização”, relata Oliveira.

A gravidade da situação em Goiás foi tamanha, com prejuízos a diversos setores, entre eles o do agronegócio, que o governador Ronaldo Caiado (DEM) tentou reestatizar a

companhia, por meio de um projeto de lei (PL) de autoria da liderança do governo, que pediu a rescisão do contrato da empresa italiana. “Mas é um contrato muito bem feito, uma vez feito, não tem como quebrar”, complementa Oliveira.



João Maria de Oliveira - Presidente do STIUEG

O risco das terceirizações

Em Goiás, um dos principais problemas da privatização, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (STIUEG), João Maria de Oliveira, é a terceirização. Com a demissão de mais de 1,2 mil profissionais, houve redução de equipes e contratação de terceirizadas. De acordo com ele, esses prestadores

de serviço não conhecem o sistema. A rotatividade é grande, agravando ainda mais a situação. “Por que a gente defende que o serviço tem que ser público? Porque esse sacerdócio permite que o profissional conheça como a palma da sua mão a região. Quando dá um

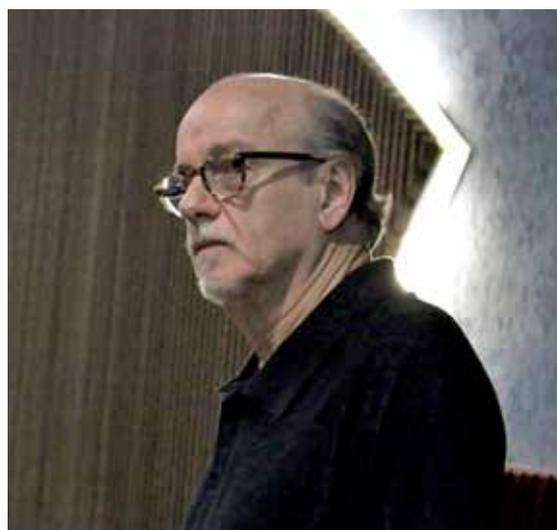
blackout, ele conhece o sistema. Essas empresas terceirizadas, que a Enel gosta de chamar de parceiras, trabalham com alta rotatividade e não conseguem devolver aquele padrão de qualidade”.

Diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Iumina), Roberto Pereira D’Araújo faz coro a Oliveira. “Se você for olhar a lista de distribuidoras hoje, que estão praticamente todas nas mãos do setor privado, você vai ver que o nível de terceirização de serviços é astronômico. A Enel, que é uma das maiores investidoras no setor de distribuição, chega a ter 90% dos serviços de operação e manutenção terceirizados. Isso é uma coisa que está muito ligada à falta de fiscalização da ANEEL, porque a terceirização significa

que as pessoas que trabalham com os equipamentos não são garantidamente as mesmas durante os anos. Se uma empresa é terceirizada, pode ser mudada, não fica familiarizada com a rede, e os serviços de manutenção podem durar muito mais”, comenta.

Na avaliação do diretor, falta fiscalização por parte da ANEEL, principalmente no que diz respeito às empresas privadas. “O fato de ser estatal ou ser privado não é o grande problema. Quando se tem setor privado fiscalizado e cobrado, ele pode ser bom. Agora, o problema é que nós não sabemos fazer isso. A gente privatiza e entrega um sistema que não é fiscalizado e não é cobrado e, aí, as empresas ganham muito dinheiro”, avalia.

Para ele, o nível de terceirização na iniciativa privada repercute na duração da interrupção de fornecimento de energia e na frequência. “Em-



Roberto Pereira d'Araújo - Presidente do IUMINA

Imagem: pontoon-e.com

presas que foram recém privatizadas adotaram uma política de terceirização muito forte, dispensaram muitos funcionários tradicionais, contratados, para contratar empresas terceirizadas e diminuir custo. Algumas delas, como por exemplo a Celg (*de Goiás, vendida para a Enel*), atualmente é campeã de problemas. Inclusive o próprio governador de Goiás (*Ronaldo Caiado, Democratas*), que nunca foi um estatista, chegou a ameaçar cassar a concessão, por causa dos problemas que ocorreram em Goiânia”, exemplifica, acrescentando que a equipe técnica é o maior bem de uma empresa de distribuição e transmissão de energia.

Gustavo Teixeira, economista, assessor do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), e Samuel Nogueira Costa, doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília, são autores do artigo “Privatização e Terceirização no Setor Elétrico Brasileiro”. Segundo eles, a terceirização em massa no setor teve início na segunda metade da década de 1990, na esteira do processo de privatização das concessionárias estaduais de distribuição, quando cerca de 80% das empresas deste segmento foram privatizadas - entre elas, dois terços da CEEE, em 1997. “Nos anos subsequentes, houve uma redução de quase metade do emprego formal no

setor. De acordo com o DIEESE (2017), o número de vínculos formais passou de 185 mil em 1994 para 97 mil em 2001. Desde então, o número de trabalhadores terceirizados foi crescendo e atualmente supera o número de trabalhadores do quadro próprio”, escreveram. O mesmo vem acontecendo nos casos recentes de privatização. “Como se sabe, a terceirização está fortemente associada à precarização do trabalho, que, por sua vez, tem implicações na qualidade do serviço prestado”, continuam no texto, e finalizam: “É possível afirmar que do ponto de vista do trabalhador, a privatização possui um

caráter negativo. Isso se torna mais problemático quando se leva em conta que, diante do atual cenário mundial de crise econômica e elevação do desemprego em decorrência da pandemia da Covid-19, segue em curso no Brasil uma série de tentativas de privatização de empresas do setor, entre as quais estão a maior empresa de energia elétrica da América Latina, a Eletrobras, e as concessionárias de distribuição no Sul, CEEE-D (RS), e no Centro-Oeste do país, CEB-D (DF)” (leia a íntegra do artigo em <http://www.justificando.com/2020/09/23/privatizacao-e-terceirizacao-no-setor-eletrico-brasileiro-2/>)

Composição da força de trabalho, concessionárias selecionadas, Brasil, 2019

| Grupo | Concessionária | Empregados Próprios | Empregados Terceirizados | Total | Proporção de terceirizados |
|------------|----------------|---------------------|--------------------------|--------|----------------------------|
| Enel | Celg D. (GO) | 1.098 | 9.848 | 10.946 | 90,0% |
| Enel | Enel Rio (RJ) | 966 | 7.054 | 8.020 | 88,0% |
| Enel | Coelce (CE) | 1.118 | 7.936 | 9.054 | 87,7% |
| Equatorial | Cemar (MA) | 1.170 | 5.364 | 6.534 | 82,1% |
| Neoenergia | Cosern (RN) | 781 | 3.490 | 4.271 | 81,7% |
| Neoenergia | Coelba (BA) | 4.212 | 16.103 | 20.315 | 79,3% |
| EDP | EDP ES (ES) | 1.021 | 3.685 | 4.706 | 78,3% |
| Neoenergia | Celpe (PE) | 2.532 | 7.164 | 9.696 | 73,9% |
| Equatorial | Ceal (AL) | 735 | 1.826 | 2.561 | 71,3% |
| EDP | EDP SP (SP) | 1.272 | 2.661 | 3.933 | 67,7% |
| | Total Amostra | 14.905 | 65.131 | 80.036 | 81,4% |



A reportagem da União Gaúcha perguntou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) se há ou já houve fiscalização e auditorias sobre as deliberações da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal da CEEE entre 2015 e 2020, especialmente sobre o não pagamento do ICMS. Também questionou se há ou houve, nos últimos cinco anos, algum procedimento relativo às tomadas de decisões dos gestores da governança superior do Grupo CEEE. Em resposta, a assessoria de imprensa do órgão encaminhou a lista de processos no TCE, três relativos à CEEE-D (em 2015, 2016 e 2018) e quatro, à CEEE-GT (2015, 2016, 2017 e 2018), além de uma inspeção especial.

A relação, segundo a assessoria de imprensa do TCE, não inclui ações relacionadas à CEEE-D nos anos de 2017 e 2019, que ainda não foram julgadas e, por isso, não estão disponíveis a acesso. Também não foi possível consultar dois dos processos, por erros nos arquivos do site do Tribunal. Confira, abaixo, um resumo das ações e das decisões:



Venda de dois terços da área de distribuição da CEEE durante o governo de Antônio Britto se mostrou um negócio duvidoso para a parte que ficou com a estatal - RONALDO REIS, BD, 21/3/1997 - de matéria em ZH, na época.

A origem dos problemas

As fontes ouvidas pela União Gaúcha foram unânimes em apontar a primeira privatização da CEEE, em 1997, como a fonte dos problemas financeiros que se seguiram na empresa. O processo ocorrido no governo de Antônio Britto (*PMDB, à época*) passou dois terços da área de distribuição da estatal à iniciativa privada, gerando perda da receita original da concessão na ordem de 54%, enquan-

to 88% dos passivos permaneceram com a companhia. No ano seguinte, houve ainda cisão, liquidação e venda de ativos, com a União, através da Aneel, autorizando a redução de capital da Companhia no valor de R\$ 415 milhões, com restituição aos acionistas de parte proporcional do valor das suas ações, recursos que atualizados pela taxa Selic até os dias de hoje ultrapassam R\$ 7,5 bilhões.

CEEE-D (COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA)

**os processos de 2017 e 2019 ainda não foram julgados e, por isso, não estão disponíveis para acesso*.*

2015 (4582-0200/15-8): foram avaliadas as Contas de Gestão dos Administradores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D no exercício de 2015. A Administração foi recomendada a promover o saneamento de falhas apontadas nos autos, com verificação em futura auditoria. Foi imposta multa a Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado na ordem de R\$ 1 mil, por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com fulcro nos artigos 67 da Lei Estadual n. 11.424, de 06 de janeiro de 2000, e 135 do Regimento Interno do Tribunal.

2016 (761-0200/16-7): foram avaliadas as Contas de Gestão do Administrador da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D no exercício de 2016. Foi imposta multa de R\$ 1,4 mil a Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro

ro Machado, nos termos dos artigos 33, inciso VII, e 67 da Lei Estadual n. 11.424/2000 e 135 do Regimento Interno do Tribunal - RITCE, por afronta a normas constitucionais e legais reguladoras da gestão administrativa. Também foi recomendado, com ênfase, ao gestor, com fundamento no artigo 84, parágrafo 2º, do RITCE, que evitasse a ocorrência de falhas como as destacadas no Relatório e Voto da Conselheira Relatora e implemente medidas corretivas. Foram julgadas regulares com ressalvas as Contas de Gestão do Senhor Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado, administrador da CEEE-D no exercício de 2016.

2018 (2716-0200/18-2): avaliadas as Contas de Gestão dos Administradores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D no exercício de 2018 e julgadas regulares com ressalvas as Contas de Gestão de Urbano Schmitt, administrador da companhia no período, com fundamento no inciso II do artigo 84 da Resolução n. 1028/2015 do Tribunal. Foi imposta multa no valor de R\$ 1 mil a Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado e Urbano Schmitt.

CEEE-GT

2015: 4584-0200/15-3*

2016: 763-0200/16-2*

**Processos com erro nos arquivos*

2017 (370-0200/17-1): avaliadas as Contas de Gestão dos Administradores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT no exercício de 2017. Foi reafirmada a irregularidade no tocante à nomeação de Leonardo Hoff para o cargo de Diretor Administrativo da CEEE; imposta multa de R\$ 1 mil a Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado por afronta a normas e dispositivos de ordem constitucional e legal; e recomendado ao Administrador que evitasse a incidência de falhas como as descritas no Relatório e Voto do Conselheiro-Relator e promova a correção daquelas passíveis de regularização. As Contas de Gestão de Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado, Administrador da CEEE-GT, foram julgadas regulares com ressalvas.

2018 (2719-0200/18-0): ainda não transitou em julgado.

Inspeção Extraordinária na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, referente aos exercícios

de 2010 a 2015: foi imposta multa de R\$ 800 a Sérgio Campos de Moraes; R\$ 1 mil a Sérgio Souza Dias; R\$ 1,2 mil a Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado; e R\$ 1,5 mil a Gerson Carrion de Oliveira, em face de inconformidades destacadas nos autos, forte nos artigos 67 da Lei Estadual n. 11.424/2000 e 135 do Regimento Interno do Tribunal. Foram julgadas regulares com ressalvas as Contas de Gestão de Sérgio Camps de Moraes, no período de 01/01/2010 a 12/01/2011; Sérgio Souza Dias, de 13/01 a 20/03/2011, 25/03 a 29/04/2011, 06/05 a 21/08/2011 e 01/09/2011 a 03/10/2013; de Gerson Carrion de Oliveira, de 04/10/2013 a 22/01/2015, e Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado, de 23/01 a 31/12/2015. Foram julgadas regulares as Contas de Gestão de Rubem Cima, Administrador da CEEE-GT de 21 a 24/03/2011, 30/04 a 05/05/2011 e 22/08 a 31/08/2011. Foi determinado à Direção de Controle e Fiscalização que analise e proponha plano de trabalho voltado a examinar integralmente a aplicação de recursos públicos nas Sociedades de Propósito Específico; cientificado a Origem para que promova o saneamento das situações diagnosticadas, cujas medidas corretivas deverão ser objeto de verificação em futura auditoria.

O silêncio do governo e da ANEEL



A reportagem da União Gaúcha tentou contato com ANEEL, PGE, Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul e CEEE. Foram solicitadas informações ou entrevistas com seus representantes, sem sucesso. Confira, abaixo, os retornos finais, após negociação, encaminhados pelas assessorias de imprensa de cada um dos órgãos:

CEEE

“O presidente disse que a empresa não vai se manifestar. O que posso orientar é entrar em contato com a Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura”.

Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura

“Não conseguiremos atender a sua demanda”.

ANEEL

“Infelizmente não temos fonte disponível para conceder a entrevista”.

PGE

“A PGE considera que o assunto seja mais voltado para a gestão. Sendo assim, não iremos responder”

Situação das execuções fiscais na 14ª Vara da Fazenda Pública contra a CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica

1) Execução n. 1.06.0096131-5 – distribuída em 11/05/2006, valor da ação na data da propositura: R\$ 14.617.135,26.

A CEEE apresentou embargos n. 1.08.0219228-2, em 22/08/2008, julgado improcedente em novembro de 2009, remetido ao Tribunal de Justiça em julho de 2010, retornando do Tribunal em abril de 2014, enquanto a decisão do STJ, que homologou acordo entre as partes, transitou em julgado em setembro de 2016. Fase de intimação de partes e arquivamento.

2) Execução n. 1.12.0269223-1 – distribuída em 07/11/2012, valor da ação na data da propositura: R\$ 7.565.436,83.

A CEEE apresentou embargos n. 1.16.0160339-9, em 06/12/2016. O feito executivo está em fase de discussão sobre penhora de bens.

3) Execução n. 1.11.0217803-0 – distribuída em 16/08/2011, valor da ação na data da propositura: R\$ 764.089,45. Em 22/05/2012 foi aceita a penhora de bens indicados pela executada.

A CEEE apresentou embargos n. 1.13.0194351-8, em 06/08/2013. Os embargos foram recebidos em 30/09/2013 e suspensos até o julgamento da Anulatória n. 1.11.0161599-1. A referida ação Anulatória transitou em julgado no final de 2017. Após intimação das partes, impugnação e manifestação sobre provas, os embargos foram julgados extintos por coisa julgada, co fulcro no artigo 485, V do CPC, em 10/12/2019. O feito executivo está em fase recursal.

4) No Eproc foi localizado o processo executivo n. 5000957-53.2020.8.21.0001, distribuída em 09/01/2020, com valor da ação na data da propositura de R\$ 52.828,61. Efetivada penhora pelo sistema BACEN em maio/2020, a executada apresentou embargos distribuídos em 25/06/2020, sob o n. 5036844-98.2020.8.21.0001.

Os embargos foram recebidos em 03/07/2020. Houve impugnação do Estado e atualmente está no prazo para a embargante falar sobre a impugnação.



Foto: Carmelito Bliano / Correo do Povo

Privatizar a CEEE é retroceder

Em entrevista à União Gaúcha, o procurador de Justiça Criminal do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Carlos Eduardo Vieira da Cunha diz que o setor elétrico deve estar sobre o controle público, porque a energia é um bem essencial à população e ao desenvolvimento do estado, não pode ser visto como um negócio privado que visa lucro. Conforme o procurador, a CEEE tem origem num ato de encampação do ex-governador Leonel Brizola, em 1959, justamente porque o grupo americano que atuava no estado não fazia os investimentos necessários para que o Rio Grande do Sul pudesse se desenvolver. “Se nós, hoje, implementarmos esse plano de privatização do governo Eduardo Leite, vamos retroceder mais de 60 anos e voltar à

época em que éramos reféns de um grupo monopolista, que não fazia os investimentos”.

Presidente da CEEE de 1992 a 1993 Vieira da Cunha foi uma das principais vozes contra a privatização de dois terços da companhia em 1997, durante o governo de Antônio Britto (1995-1998). À época deputado estadual, ajuizou uma ação contra o repasse da estatal à iniciativa privada e usou o Plenário da Casa para criticar o projeto, que chamou de “suicídio”.

Secretário de Educação do governo de José Ivo Sartori (2015-2018) de janeiro de 2015 a junho de 2016, diz que deixou o cargo, entre outros motivos, por discordar do plano da gestão privatização da CEEE, hoje levado adiante por Eduardo Leite. Segundo ele, a estatal tem sido má gerida de propósito para justificar o leilão e essa nova venda colocaria o estado sob uma situação ainda pior do que a do passado, pois muito provavelmente ficará sob o monopólio privado de um mesmo grupo internacional.

Como deputado estadual, em 1997, Vieira foi um grande crítico da primeira privatização da CEEE. Em um discurso

na Assembleia Legislativa naquele ano, ele denunciou que o modelo dei-



mais de 60 anos, diz Vieira da Cunha

xava todos os ônus relativos às reclamações trabalhistas e aos aposentados com a companhia. “Infelizmente, aquelas palavras se confirmaram ao longo do tempo. Abrir mão de dois terços da área de receita e arcar com praticamente 100% dos problemas não poderia ter outro resultado além da inviabilização do negócio. Isso que eu denunciei à época. Entretanto, apesar de todos esses problemas, a CEEE continuou prestando serviços à população e, ao contrário do que foi dito à época, não se confirmou um desequilíbrio na qualidade do serviço prestado pela Companhia em relação ao prestado pelos dois grupos privados americanos que assumiram nas outras regiões”, comentou.

Para ele, estamos na iminência de repetir esse erro do passado. “Só que, agora, ficaremos reféns um monopólio estrangeiro estatal, da China, caso se confirme o que dizem os analistas. Isso porque a CEEE deverá ser arrematada por esse grupo chinês que passou a dominar as áreas que fo-

ram privatizadas após a saída dos americanos. E por ser chinês, obviamente, esse grupo irá importar daquele país todos os insumos que necessitar. Então, ao pagar a tarifa conta de energia, estaremos gerando empregos na China, isso é lamentável. Sob qualquer ponto de vista, esse plano de privatização do governo Eduardo Leite não se justifica. Estamos diante de uma iniciativa de cunho ideológico”.

Com os apagões no Amapá, os argumentos contrários às privatizações no setor elétrico do país começaram a ganhar força. Para Vieira essa é mais uma prova, a exemplo do que já vinha ocorrendo em Goiás. “No caso de Goiás, que não é tão recente como no do Amapá, também houve uma privatização e a população foi submetida a uma piora de todos os indicadores do serviço oferecido a ponto do governador Ronaldo Caiado (DEM), que é um liberal, ser um crítico da privatização do setor elétrico. E temos outros exemplos, internacionais, de países que fo-

ram no passado nessa linha da privatização e, hoje, estão revisando suas políticas”, conta ele.

O governo tem apontado a privatização da CEEE como a única solução, na opinião de Vieira da Cunha, não só não é a única como ela é contrária ao interesse público e equivocada. Ele diz que o governo Leite está indicando que deverá perder grande parte da dívida de ICMS do futuro comprador. “Ou seja, permanece a lógica de entregar para a iniciativa privada o filé e deixar para o governo a carne de peçoço”.

“O que o governo deve fazer é manter públicas todas aquelas empresas que sejam estratégicas para o processo de desenvolvimento e para o atendimento da população, principalmente daqueles que mais precisam”.

O que o apagão no Amapá alerta sobre a privatização da CEEE?



Imagem: amazonasnews.com

Mais de 4 mil quilômetros separam o Amapá do Rio Grande do Sul, mas o drama vivido atualmente pelos amapaenses, que ficaram 21 dias sem o abastecimento pleno de energia elétrica, serve como um alerta para os gaúchos. Isso porque o caso se tornou mais um exemplo do quanto as privatizações no setor, como a que está prevista para a CEEE em fevereiro, podem afetar a segurança energética do país. Depois do blecaute, especialistas, parlamentares e movimentos sociais se manifestaram contrários às gestões privadas em um setor tão estratégico para o desenvolvimento nacional. O debate ganhou força depois que 13 dos 16 municípios do

Amapá ficaram quase quatro dias completamente sem energia elétrica, o que também afetou o abastecimento de água. O motivo foi um incêndio ocorrido na subestação de transmissão SE Macapá, no dia 3 de novembro, que danificou dois dos três transformadores do local. O terceiro estava estragado desde dezembro de 2019. Ou seja, a subestação atuava sem cumprir as exigências do leilão, realizado em 2008, que determinava que o local tivesse “espaço para quatro transformadores”, “sendo três para instalação imediata”, segundo documento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), obtido pelo Jornal Nacional.

Coordenador do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Nailor Gato explica que essa situação prova que não eram realizadas manutenções preventivas na subestação. “Esse tipo de manutenção é extremamente necessária no setor elétrico para evitar falhas, porque podemos ver o desgaste dos materiais e fazer substituições. O problema é que as empresas privadas não querem ter esse custo”, afirma.

A subestação é administrada pela Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), empresa que passou da companhia Isolux para a Gemini Energy em setembro

de 2019, conforme reportagem do Intercept. Já a Gemini Energy é controlada por um fundo de gestão de investimentos chamado Starboard Asset, que detém 80% da LMTE. Outro fundo, o Perfin, controla os 20% restantes, segundo a mesma matéria.

A energia só foi parcialmente restabelecida no Amapá no dia 7 de novembro, depois da atuação de técnicos da estatal Eletronorte, subsidiária da Eletrobras. Além disso, a Eletronorte contratou energia termoelétrica para socorrer o estado. Desde então, os amapaenses vivem sob um sistema de rodízio de energia, mas denunciam à mídia de que têm ficado mais horas sem luz do que o definido no revezamento.

Apesar da LMTE ter afirmado à mídia amapaense, no dia 9 de novembro, que uma tempestade teria causado o dano nos transformadores, a perícia realizada pela Polícia Civil do Amapá apontou que o fogo começou por causa do problema em uma das buchas de um dos equipamentos. Depois, uma investigação do jornal Valor Econômico apontou que a subestação SE Macapá atuava no limite da capacidade há cerca de dois anos e que o Ministério de Minas e Energia, a Aneel e o Operador Nacional do Sistema (ONS) sabiam disso, conforme documentos obtidos pela reportagem.

Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Amapá (STIU-AP), Jedilson Santa Bárbara de Oliveira denuncia que, por visarem apenas lucro, as empresas que ganham as licitações do setor elétrico não trabalham com mão-de-obra qualificada, não possuem material sobressalente e não realizam manutenções preventivas. “Com esse apagão, fica notável a importância de termos empresas públicas, porque a Eletronorte teve que consertar o erro da empresa privada. Esperamos que isso sirva de alerta para os que querem privatizar tanto o sistema Eletrobras quanto as distribuidoras públicas em seus respectivos estados”, afirma.

Nailor completa que as privatizações no setor, cujos leilões são vencidos em geral por grupos estrangeiros, afetam a defesa da soberania nacional e a segurança energética do país, além de promoverem o aumento das tarifas. “Pedimos que os parlamentos estaduais olhem para o exemplo do Amapá e trabalhem para que esses projetos privatistas não passem nas assembleias legislativas, como por exemplo o do governador Eduardo Leite, que infelizmente está bem avançado. Quem vai ser penalizada é a população”, alerta.

Doutora em Energia pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da área na

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sonia Seger Pereira Mercedes relata que o apagão no Amapá é um “caso emblemático” de como as privatizações no setor elétrico não têm cumprido com a promessa de oferecer serviços de melhor qualidade. Coautora do artigo *Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro*, publicado em 2015 na revista da USP, ela afirma que o modelo não vem cumprido essa promessa há mais de 20 anos e lamenta que gestores ainda apostem nele como um “caminho para a modernidade”.

“O setor deve funcionar respeitando o entendimento de que a energia é um bem público, não uma mercadoria. Por visar o menor custo, para obtenção do maior lucro, a lógica privada é capaz de criar situações como essa do Amapá, o que acaba afetando a gestão do sistema como um todo. E o setor público, a Eletronorte, teve que socorrer a população, porque a empresa privada não tinha equipe, equipamentos, material, conhecimento e condição financeira para resolver a situação que criou”, ressalta a pesquisadora.

Segundo ela, o país tem de ter a coragem de contrapor o modelo privado de energia, que está prestes a aumentar. “Há 25 anos essa guinada liberal-privatista nos ofereceu a modernidade, mas não cum-

priu. Precisamos entender que a eletricidade não tem substituto, não é como os combustíveis, onde temos gás, gasolina, etanol e diesel. Converter a energia elétrica para a lógica exclusivamente mercantil com certeza trará como resultado a exclusão daqueles que não tiverem capacidade de pagamento, a piora dos serviços e o desemprego. Eu não consigo entender como ainda insistimos nesse discurso”, completa.

Blecaute causou reação anti-privatização no Congresso

No Congresso Nacional, o apagão caiu como uma pe-

dra no caminho da privatização da Eletrobras, que tramita na Casa. Eleito pelo Amapá, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), já declarou a pessoas próximas, conforme reportagem do site Congresso em Foco, que não vai pautar a proposta do governo enquanto estiver na presidência.

Enviado no ano passado, o projeto do Executivo segue parado na Câmara e, agora, até mesmo parlamentares de partidos liberais soltaram críticas à mudança. “O monopólio privado, com agência reguladora que não funcione com eficiência, é muito mais despótico, porque geralmente a cabeça pensante e quem man-

“(...) Converter a energia elétrica para a lógica exclusivamente mercantil com certeza trará como resultado a exclusão daqueles que não tiverem capacidade de pagamento, a piora dos serviços e o desemprego. Eu não consigo entender como ainda insistimos nesse discurso”

CRONOLOGIA DO CAOS

3/11

Amazonas envia geradores para o Amapá; Energia começou a ser restabelecida em sistema de rodízio, depois da atuação de técnicos da Eletronorte;

Apagão atingiu 13 dos 16 municípios amapaenses, e o Estado ficou quase quatro dias no escuro. O problema aconteceu por causa de um incêndio em um dos transformadores da empresa LMTE, companhia privada responsável pela transmissão de energia;

9/11

LMTE afirmou que a subestação foi atingida por uma forte tempestade que danificou dois dos seus três transformadores. O terceiro estava em manutenção desde dezembro de 2019;

12/11

Laudo preliminar da Polícia Civil apontou que a causa do incêndio no transformador foi um problema em uma das buchas do equipamento, sem relação com a tempestade;

TSE confirma adiamento da eleição em Macapá por causa do problema no fornecimento de energia;

7/11

11/11

da no dinheiro mora longe”, afirmou o senador Esperidião Amin (PP-SC), segundo reportagem do Estadão. “É hora de refletir um pouco sobre isto: se a solução não seria melhorar a gestão em vez de privatizar”, disse o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), conforme a mesma matéria.

Estrutura da Aneel favorece fiscalização ineficiente

Em entrevistas à imprensa, o governador do Amapá, Waldez Goés (PDT) tem afirmado que quem deve dar explicações à população sobre o blecaute é a Aneel e, consequentemente, o governo fede-

ral. Isso porque cabe à agência fiscalizar o sistema de transmissão no país, onde ocorreu o problema.

Conforme Nailor, a estrutura da Aneel é outro ponto que a sociedade precisa debater, pois a agência tem feito vista grossa para empresas privadas que atuam no setor de energia, o que aumenta o risco das privatizações. “A Aneel fez uma nota técnica quando privatizaram as distribuidoras da Eletrobras informando que por cinco anos não haveria multa. E, se você olhar como se definem os diretores da agência, vai ver que são indicações políticas, às vezes até sem conheci-

mento do setor elétrico, mas que passam pelo Congresso por terem apoio dos parlamentares. É essa a agenda que temos de fiscalização no país”, critica.

Por isso, neste cenário, tanto Nailor quanto Sonia concordam que atribuir a culpa do ocorrido no Amapá à Aneel é olhar o sintoma, e não a causa. “Isso é muito delicado, porque parlamentares que estão de acordo com a agenda de privatização estão jogando toda a culpa Aneel. Para nós, o que ocorreu no Amapá é consequência da privatização, do fato da gestão estar nas mãos de um fundo financeiro especulativo”, afirma.

Em primeira instância, a Justiça Federal acatou um pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e determinou que a União pague dois meses a mais de auxílio emergencial aos amapaenses que já são beneficiados pelo programa e sofreram com o apagão. Com isso, a parcela mensal de R\$ 600, que encerraria em dezembro, será estendida até fevereiro;

17/11

Segundo apagão atingiu o Amapá por cerca de 4h30min. A suspeita é de que o problema tenha ocorrido nos equipamentos da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), empresa do governo do estado responsável pela distribuição de energia. Em processo de privatização, a CEA atua sem contrato há pelo menos cinco anos; TRE do Amapá decide que 1º turno das eleições municipais em Macapá será no dia 6 de dezembro. Se houver 2º turno, pleito acontece no dia 20 de dezembro;

Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque e representantes da Aneel, do ONS e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) visitaram o Amapá; Justiça Federal determina, em primeira instância, o afastamento da diretoria da Aneel e do ONS. De acordo com o magistrado, a investigação para apurar os responsáveis pelo blecaute não terá eficácia caso os diretores permaneçam no cargo. A ação foi movida pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que também pediu a retirada imediata da concessão da transmissão da LMTE; Senado aprovou um projeto de lei que prevê compensações para consumidores atingidos pelo apagão no Amapá por meio de créditos na conta de luz até que a energia elétrica seja integralmente restabelecida. O projeto ainda dependerá de votação na Câmara;

13/11

19/11

“Mesmo com a melhor regulação do mundo, seria muito difícil obrigar um entre privado a funcionar do jeito que o estado e a sociedade precisam. O setor de energia deve estar à serviço da população e da redução das desigualdades, as pessoas não podem ser vistas como clientes”, conclui Sonia.

Goiás e Pará são exemplos de problemas na gestão privada

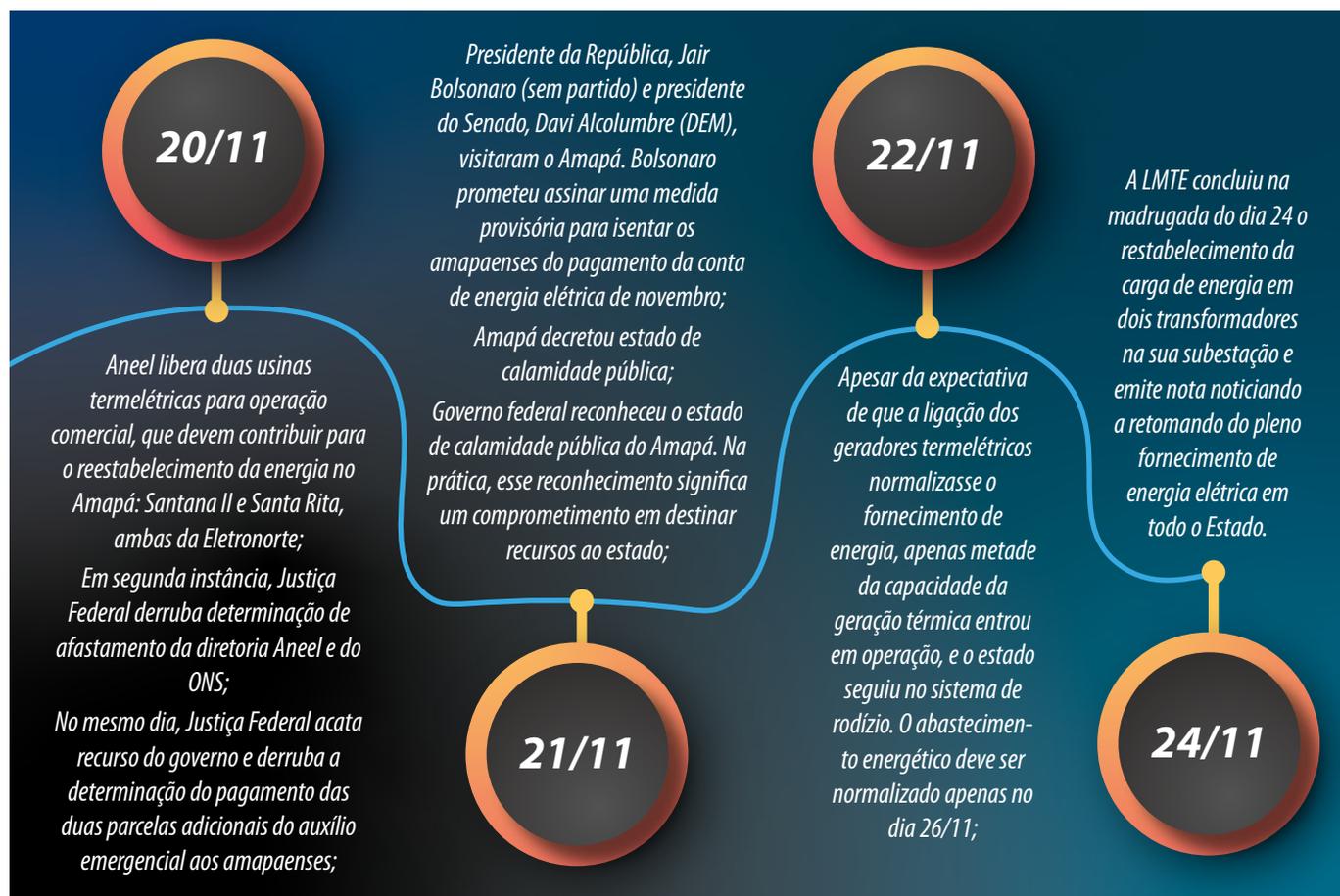
Em Goiás, sucessivas apagões começaram a ocorrer após a privatização da Companhia de Distribuição do Estado de Goiás (Celg), que em 2017 passou para as mãos da

italiana Enel. As quedas de energia causaram grandes prejuízos para vários setores, principalmente o agronegócio, por isso o governador Ronaldo Caiado (DEM) tentou reestatizar a companhia, mas sem sucesso.

Entre 2016 e 2017, o Pará, onde a LMTE também atua, sofreu vários desligamentos de energia e a empresa chegou a ser multada em R\$ 460 mil pela Aneel, em outubro de 2019, por “operar ou manter as instalações de energia elétrica e os respectivos equipamentos de forma inadequada”, como mostrou investigação do site Intercept.

CONTRAPONOTOS

- Em nota à imprensa publicada no dia 19 de novembro, Aneel afirmou que “todos os esforços, no atual momento, estão concentrados na normalização do fornecimento de energia no Amapá”.
- Ao Estadão, a Gimini Energy, que controla a LMTE, afirmou que atua no setor de transmissão desde 2008 e preza pela qualidade e excelência tanto nas suas operações e serviços quanto na formação de suas equipes. Segundo a empresa, as causas técnicas do incidente ainda estão sendo apuradas.



Liminar suspende a Assembleia de Acionista da CEEE-D

A Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee, consegue, através de ação judicial, suspender as assembleias gerais extraordinárias convocadas pela Companhia de Energia Elétrica, para o dia 02/12/2020, tendo como pauta a retirada do patrocínio do Plano Único e do Plano CeeePrev.

De acordo com o texto, a retirada do benefício viola expressamente o dispositivo legal prevista no art. 6º da Lei Estadual n. 12.593/2006, que

estabeleceu que as sociedades resultantes da reestruturação societárias da CEEE, ora demandadas, devem assegurar, solidariamente, o patrocínio e o custeio dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Fundação.

O perigo de dano se faz presente pelo fato de que se aprovada a retirada do patrocínio em assembleia geral, haverá grave comprometimento no custeio dos benefícios de complementação de previdência, atingindo um grande número

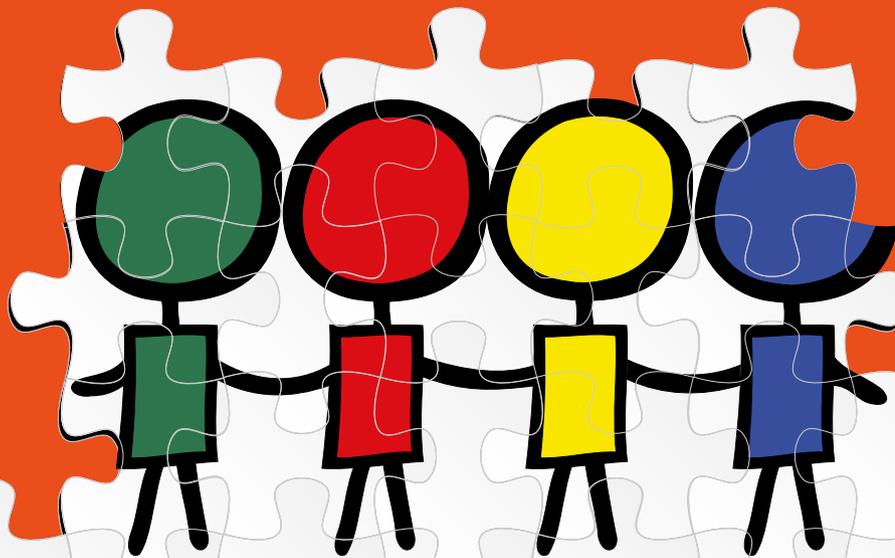
de participantes do plano que terão diminuição considerável da renda necessário à sua subsistência e de sua família.

A liminar suspende a Assembleia até que a matéria seja apreciada pelo Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul.

A União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública que adota o tema para o seu debate por se tratar de um plano previdenciário, parabeniza a Fundação por essa vitória.



MAIS ENTIDADES UNINDO FORÇAS PELA DEFESA DA PREVIDÊNCIA



**UNIÃO GAÚCHA EM DEFESA DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL E PÚBLICA**

JUNTE-SE A NÓS

www.uniaogaucha.org

 @uniaogauchaug

 @uniaogaucha_ug